

# Sistema judicial é cego para problemas sociais

■ A directora executiva do Observatório Permanente da Justiça (OPJ) afirmou ontem que o sistema judicial português padece de «uma cegueira» para os problemas sociais e que não se vislumbra forma de a tratar.

«A Justiça é cega para os problemas sociais. O que me preocupa é que não há aqui uma 'multiópticas' que nos ajude. Não se vislumbra como tratar esta cegueira», afirmou Conceição Gomes ao participar ontem num curso de formação sobre o Tribunal Europeu dos Direitos do Homem e os casos contra Portugal, organizado pelo Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra.

No entendimento desta investigadora, a Justiça em Portugal «continua tendencialmente a não tratar diferenciadamente o que é diferente», embora «a igualdade seja tratar diferente o que é diferente». Conceição Gomes exemplificou com casos de direito de família, como seja a regulação da pensão de alimentos, ou de acidente de trabalho, que exigem celeridade diferente porque as crianças precisam de comer diariamente e o sinistrado poderá não dispor de dinheiro para pagar os medicamentos.

«É um problema de democracia. Como se pode mudar esta perspectiva? É fundamental acudir, dar resposta a estes problemas», sustentou, frisando que estas questões condicionam a percepção dos cidadãos quanto à Justiça, porque não resolve o seu problema no tempo devido.

Para a directora executiva do OPJ, uma estrutura do CES dirigida pelo sociólogo Boaventura de Sousa Santos, isto é uma consequência da forma burocrática de funcionamento do sistema de Justiça, com a «cultura do relató-

rio, do papel, do ofício, da notificação, que é algo muito pesado na sociedade portuguesa».

«Há o cumprimento da tramitação e não de resolver o conflito. Devia haver uma cultura da gestão processual», observou.

Conceição Gomes considera que também a legislação padece «de fragilidade», resultante de o poder legislativo eleger sempre a alteração das leis no seu programa, que leva a «uma profusão de reformas». Realça que «há leis que são perfeitas, com conceitos bonitos, interessantes, e avançadas, mas desprovidas de conteúdo, com falta de perspectiva sistémica» e sem objectivos a prazo.

«Claramente, temos de parar para reflectir. Para uma orientação estratégica», tal «como se atravessa uma linha de comboio», em que surge o dístico informativo «pare, escute e olhe», considerou. Na sua perspectiva todas estas situações configuram um «défice da democracia», com o acentuar de uma Justiça que «tende a ser mais exclusiva, em vez de ser mais inclusiva».

«Em vários aspectos, é verdade que há uma Justiça para ricos e outra para pobres», sustentou, apontando como exemplos o aumento das custas judiciais e a alteração dos critérios de apoio judiciário, executado, em sua opinião, por defensores oficiosos sem qualidade nem preparação para certas matérias.

Teresa Maneca Lima, investigadora do CES, que também participou no curso, realçou que 80% dos casos julgados pelo Tribunal Europeu dos Direitos do Homem resultantes de queixas de cidadãos portugueses se reportam à ineficiência dos tribunais, por morosidade, atrasos processuais injustificados e violação do princípio de julgamento justo. |